

Durante cinco meses, a maior Câmara Municipal do País debateu a situação dos animais na cidade de São Paulo, os dramas da inserção e convivência entre domésticos, domesticados, silvestres nativos e exóticos e a sociedade humana. Isso aconteceu durante os trabalhos da Comissão de Estudos sobre Animais, idealizada, aprovada e presidida pelo Vereador Roberto Tripoli (PV-SP), com a participação de vários segmentos da proteção animal, ONGs, técnicos, autoridades municipais e vereadores. Todos tentando encontrar novos rumos para esta delicada convivência entre humanos e não humanos - propostas e soluções que possam realçar os benefícios da interação com os animais domésticos ou da preservação dos silvestres em seus habitats, reduzir os agravos para a saúde pública e o meio ambiente, e implantar novos comportamentos e conceitos inclusive para o Poder Público.

Conheça o relatório final e as conclusões do grupo de vereadores (a comissão foi formada por cinco vereadores), embasados em todos os debates ocorridos na Câmara, e também em vistorias e requerimentos enviados para vários órgãos da Administração Municipal.

A Comissão, segundo seu presidente Tripoli, foi um marco na política de proteção aos animais na cidade de São Paulo. “Não existem soluções mágicas. Milito na proteção animal e defesa do meio ambiente há 30 anos, e comecei num tempo em que ainda éramos considerados ‘ecochatos’, e até loucos ou fora da realidade. Hoje o grave problema das mudanças climáticas demonstra que tínhamos razão, e que mais do que nunca é preciso mudar a relação entre nossa espécie, os humanos, e todas as outras formas de vida, incluindo os animais domésticos, domesticados, silvestres nativos e exóticos, pois estamos destruindo nossa Casa, a Terra, que é a Casa de toda a vida, de toda a Natureza. Ninguém vai ganhar, a perda será coletiva”.

O ambientalista e vereador, que cumpre seu sexto mandato, sempre defendendo esses ideais, lembra que: “assim surgiu a idéia da Comissão de Estudos, abrindo a possibilidade de reunirmos num mesmo ambiente, ONGs, técnicos, parlamentares, e representantes do Poder Público, com o objetivo de afinarmos pensamentos e propormos medidas. Do jeito que está, com certeza, não é possível continuar. A convivência entre humanos e não humanos deve ser aprimorada, não podemos mais agir guiados por conceitos antropocêntricos, sob pena de destruirmos mais aceleradamente, ainda, nosso Planeta, e a maior parte das espécies, incluindo os humanos”.

“Não sou o dono da verdade, tentei apenas colocar todos os posicionamentos em foco, para podermos encarar nossas próprias feridas e buscarmos, juntos, os melhores remédios, com os protetores falando em nome da vida animal. Com certeza foram encontros históricos e, no relatório final, isso pode ser visto. Já avançamos em alguns pontos, inclusive com projetos de lei propostos e alguns aprovados. E também, durante os trabalhos da comissão ficou evidente que os órgãos públicos não interagem, que a cidade é dividida em feudos e as autoridades têm dificuldade em atuar conjuntamente. E essa atuação conjunta é fundamental, vimos isso durante as vistorias realizadas em pet shops denunciados pelo não cumprimento da Lei do Comércio. E batemos muito nesta tecla, de que várias leis que protegem os animais e o meio ambiente exigem atuação conjunta. Vejam por exemplo o sucesso de uma megaoperação que envolveu duas Subprefeituras (Lapa e Pinheiros), Centro de Controle de Zoonoses, Guarda Civil Metropolitana, CET e Polícia Militar, no combate ao comércio ilegal de cães e gatos na região da Cobasi-Jaguarié, em meados de maio. Mais de 30 filhotes e muitos equipamentos (gaiolas,

cercados) apreendidos. Somente a interação entre as autoridades de vários órgãos e a atuação orquestrada fez da megaoperação um sucesso”, relembra Tripoli.

E os resultados da Comissão de Estudos, na visão do vereador, vão propiciar novos avanços. “E vamos avançar mais, com certeza” – diz Tripoli. “Espero que este relatório se espraie, se espalhe e que, nas linhas e entrelinhas, deste documento oficial da maior Câmara Municipal do País, sirva para mudanças de conceitos, de comportamentos, de atitudes e, principalmente, embase e solidifique políticas públicas que tenham como foco a defesa de todas as formas de vida, inclusive subsidiando o Poder Judiciário”, conclui o vereador Roberto Tripoli (PV).

***(Texto: Regina Macedo / jornalista ambiental)***

[CONHEÇA O RELATÓRIO FINAL](#)